



**GABARITO EXTRA-OFICIAL**  
**DPF – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL**

**NÍVEL SUPERIOR – AGENTE DE POLÍCIA**  
**PROVA: 13 DE SETEMBRO DE 2009**

**EQUIPE ALUB CONCURSOS**

**COORDENAÇÃO: CINTIA LIMA**

**ASSISTÊNCIA PEDAGÓGICA: PAULA MESQUITA E VANDERLAN MARCELO**

**PORTUGUÊS: MÁRCIO WESLEY e MARCONDES JR.**

**REDAÇÃO OFICIAL: MÁRCIO WESLEY e MARCONDES JR.**

**INFORMÁTICA: HENRIQUE SODRÉ**

**DIREITO ADMINISTRATIVO: SÉRGIO GAÚCHO**

**DIREITO CONSTITUCIONAL: JOÃO ALEXANDRE**

**LEGISLAÇÃO ESPECIAL: MAURO CHAVES**

**RACIOCÍNIO LÓGICO: CARRIJO E VANDERLAN MARCELO**

**LEI Nº 8112/90: NICÁCIO**

**PROCESSO PENAL: NICÁCIO**

**NOÇÕES DE CONTABILIDADE GERAL: EGBERT**

**NOÇÕES DE MICROECONOMIA: EGBERT**

**DIREITO PENAL: BRUNO MELLO**

**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA: JÚLIO OLIVEIRA**

**NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO: WENDELL LÉO**

**ATUALIDADES: LUCIANO ABREU**

ITEM	GABARITO	COMENTÁRIO DPF / NÍVEL SUPERIOR AGENTE DE POLÍCIA
01	C	Os trechos possuem o mesmo referente semântico.
02	C	O uso do ponto-e-vírgula reforça as relações sintáticas marcadas pelas vírgulas e deixa subentendido o sujeito “modernidade”.
03	C	É possível substituir a expressão “no qual” por “em que” por “onde”, pois tem como referente lugar.
04	E	Está claro no primeiro parágrafo que o futuro de um país não é obra do acaso ou da fatalidade.
05	C	É possível reescrevermos sem a repetição da palavra ‘nação’, porém ocorrerá redução da intensidade argumentativa.
06	E	Não há paralelismo sintático nos tempos verbais apresentados.
07	C	O uso do verbo sem pronome é correto, porém muda o sentido do texto.
08	E	O termo não se refere ao núcleo do sujeito, logo pode estar preposicionado.
09	C	As ideias se complementam, portanto é possível o uso da expressão “desse modo”.
10	E	Gramaticalmente não é possível o uso do artigo nessa construção.
11	E	O sujeito está indeterminado.
12	E	O autor considera as características como um processo, que não se esgota nelas.
13	E	Haveria incoerência e erro gramatical na construção.
14	C	Há coesão por meio dos vocábulos e por terem que estar no plural possuem referentes distintos.
15	C	Percebe-se a relação semântica por meio da conjunção “mas”, introduzindo a ideia de um sujeito único e indivisível e a ideia de um sujeito moldado por teias de relação social.
16	E	Não se usa o sinal indicativo da crase nessa construção, pois temos apenas o uso da preposição.
17	C	Há gramáticos que dizem que, quando o pronome “nos” se pospõe a verbos na 1ª pessoa do plural, suprime-se o “s” final do verbo. Mas o Cespe já cobrou essa mesma questão em concurso do Instituto Rio Branco e considerou correto manter o “s” final do verbo. Esperamos certa coerência da banca.
18	C	Após o sinal de dois-pontos temos uma consequência do que foi dito, ou seja, o texto conduz o leitor a ver que a sociologia reforça os argumentos do autor. A consequência é mostrar/explicitar a pergunta proposta pela sociologia.
19	E	Temos o valor significativo usual desses termos. Trata-se apenas de uma relativização do entendimento de algo como realmente externo ou interno. O texto mostra uma fronteira tênue entre externo e interno. Daí a relativização sugerida e reforçada com o uso de aspas.
20	C	O travessão é facultativo, possui apenas função estilística de realce.
21	E	Se for feita a substituição de “caso” por “se”, deverá adaptar-se a forma verbal “se sinta” para “se sentir”, no futuro do subjuntivo.
22	C	O termo pode ficar no plural, porque não é núcleo de sujeito e, portanto, não interfere na flexão do verbo da oração. Por outro lado, também não está vinculado sintaticamente com outro termo que com ele deva ter relação

ITEM	GABARITO	COMENTÁRIO DPF / NÍVEL SUPERIOR AGENTE DE POLÍCIA
		de concordância nominal.
23	E	Não existe coordenação entre o primeiro e o segundo períodos. O segundo período representa uma circunstância adverbial causal para o primeiro. O trecho “São situações” retoma como seu sujeito os dois períodos sintáticos anteriores, ou seja, mantém com eles relação de subordinação. A única coordenação que existe ocorre entre os dois períodos anteriores a “São situações”, porque representam sujeitos oracionais coordenados por “Ou”. Além disso, em textos oficiais deve-se adotar períodos curtos. Mas o item afirma que tal construção deve ser evitada. Na verdade, a objetividade e a clareza são favorecidas por períodos curtos.
24	E	Trata-se de sujeitos oracionais, logo não podem ser preposicionados.
25	C	Trata-se da posição correta para a data da assinatura e emissão dos documentos oficiais mencionados.
26	E	O documento oficial encaminhado por um chefe de seção a seu diretor será comunicação interna de um órgão. Nessa situação, deve-se utilizar o memorando. Além disso, por ser correspondência dirigida a uma hierarquia superior, o fecho que se aplica é “Respeitosamente”, e não “Atenciosamente”, que figura na redação do item. Note-se, ainda, que no item falta a necessária vírgula após “Atenciosamente”. Vale ressaltar que a banca cometeu deslize na concordância verbal do enunciado do item: “respeitam as normas de redação de um documento oficial encaminhado por um chefe de seção a seu diretor o seguinte trecho, contendo o parágrafo final e fecho de um ofício.” Veja-se que o sujeito sintático de “respeitam” é “o seguinte trecho”, no singular; portanto, o enunciado do item deveria grafar “respeita”.
27	C	De fato, a INTERPOL mantém uma base de dados que ajuda na cooperação de polícias de diferentes países, na medida em que, genericamente, trata-se de uma central de informações para que as polícias de todo o mundo possam trabalhar integradas no combate ao crime internacional, o tráfico de drogas e os contrabandos.
28	C	De acordo com as informações obtidas diretamente na página da INTERPOL na web - <a href="http://www.interpol.int/Public/icpo/ipsq/default.asp">http://www.interpol.int/Public/icpo/ipsq/default.asp</a> - avalia-se que o item está de acordo com as questões de organização interna do órgão.
29	E	Na verdade a INTERPOL não está vinculada diretamente a estrutura das Nações Unidas – ONU.
30	E	De acordo com informações sobre o tema, a INTERPOL não é uma agência policial comum, uma vez que não cumpre mandatos de prisão, nem possui presídios. O que a Interpol faz é servir como um elo entre os aplicadores da lei de um país com os de outro, ou seja, é uma espécie de “ponte” entre os países em prol do combate ao crime.
31	E	Ao contrário do afirmado no item em questão, os agentes que trabalham na INTERPOL não efetuam prisões e também não existe um presídio para onde os detentos são levados à espera de julgamento ou de uma eventual extradição. O trabalho da INTERPOL é de inteligência, de armazenamento de dados, de troca de informações com investigadores de países de todos os continentes.
32	C	De fato, uma das questões que foram tratadas no novo acordo foi a concessão do Paraguai na questão do gasoduto Patagônia - São Paulo.
33	C	De acordo com informações obtidas nas legislações organizacionais da Usina de Itaipu, no lado brasileiro, três indicações cabem ao governo federal, duas à Eletrobrás e uma ao Ministério das Relações Exteriores. No Paraguai, três nomes são apontados pelo governo federal, dois pela Ande e um pelo Ministério das Relações Exteriores. Os conselheiros têm mandato de quatro anos, e os diretores de cinco anos.
34	C	Hoje, dos 50% da energia de Itaipu a que o Paraguai tem direito, apenas 5% é usada internamente no país. O restante é vendido para a Eletrobrás como forma de pagamento pela dívida do Paraguai com a estatal contraída durante a construção da usina. A proposta em discussão seria permitir que o Paraguai negocie diretamente com os grandes consumidores do mercado livre brasileiro - principalmente indústrias - cerca de 5.500 MW restantes.  O governo brasileiro também aceita que o vizinho e parceiro do Mercosul venda energia diretamente no mercado brasileiro, sem passar pela Eletrobrás, e renova as ofertas de criação de um fundo de desenvolvimento para

ITEM	GABARITO	COMENTÁRIO DPF / NÍVEL SUPERIOR AGENTE DE POLÍCIA
		projetos de integração industrial produtiva e de facilitação de financiamento para obras de infraestrutura no Paraguai.
35	C	A Usina de Itaipu ainda é a maior usina hidrelétrica do mundo em capacidade de geração de energia elétrica, na medida em que a usina de Três Gargantas, na China, ainda não opera com total capacidade de geração de energia.
36	E	As intranets utilizam os mesmos protocolos da Internet como, por exemplo, o TCP/IP.
37	E	Os navegadores, como o Internet Explorer e o Firefox, oferecem opções para excluir cookies.
38	E	Ao se clicar o botão Página Inicial, será(ao) aberta(s) a(s) página(s) definida(s) como página(s) inicial(is) pelo usuário.
39	C	O Google é um provedor de busca que pode ser utilizado para pesquisar assuntos na Internet. O resultado da busca pode ser auxiliar na execução de pesquisas escolares.
40	C	A ROM é uma memória não-volátil, ou seja, os dados armazenados nela não são apagados quando há falhas de energia ou quando a energia do computador é desligada.
41	C	Existem pendrives com capacidade superior a 1 bilhão de bytes e esses dispositivos são conectados a uma porta USB.
42	C	Ao se clicar com o botão direito do mouse sobre o ícone Lixeira, uma das opções que aparecem é a que permite esvaziar a lixeira.
43	E	Ao se clicar sobre o ícone mencionado no item, a pasta Rascunho será selecionada.
44	C	Como a janela está restaurada, ao se aplicar um clique duplo sobre a barra de títulos em um local que não contenha botão ou ícone, a janela será maximizada.
45	E	Ao se selecionar a primeira linha e teclar CTRL+C, a primeira linha será copiada para a área de transferência.
46	E	O botão citado no item exibe/oculta caracteres não imprimíveis. Ou seja, ao clicar o botão citado, não será inserido o símbolo ¶.
47	C	O procedimento de clicar a célula D3, digitar =B3+C3 e, em seguida, teclar ENTER é suficiente para calcular o preço total das oito cadeiras.
48	E	O botão mesclar células não é utilizado para inserir uma nova linha em uma planilha do Excel.
49	C	FTP é um protocolo de transferência de arquivos do conjunto de protocolos TCP/IP que pode ser usado para a transferência de arquivos de dados na Internet como cita o item.
50	C	A questão está correta. De fato, o lançamento de 4ª fórmula pode ser entendido como recebimento por uma venda a prazo, após o vencimento da obrigação, e concessão de abatimento por problemas com a mercadoria ou sua entrega.  Para exemplificar, suponha-se que a entidade tenha realizado uma venda a prazo no valor de R\$ 600,00 e que o seu cliente faça o pagamento em atraso, incorrendo em juros de R\$ 60,00. Simultaneamente a entidade concede abatimento sobre o preço das mercadorias no valor de R\$ 100,00. Desta forma, o valor a ser recebido pela entidade é de R\$ 560,00, ou seja, R\$ 600,00 acrescidos de R\$ 60,00 de juros e deduzidos de R\$ 100, de abatimento sobre o preço de venda (R\$ 600,00).  Desta forma, o lançamento de 4ª forma seria:

ITEM	GABARITO	COMENTÁRIO DPF / NÍVEL SUPERIOR AGENTE DE POLÍCIA
		<p>D – Bancos .....560,00 (valor recebido do cliente)</p> <p>D – Abatimentos .....100,00 (dedução da receita de vendas – natureza de despesa)</p> <p>C – Clientes .....600,00 (pela baixa do direito contra seu cliente)</p> <p>C – Juros .....60,00 (pelo recebimento de juros – receita financeira)</p> <p>Como se pode verificar, o total de lançamentos a débito é igual ao total de lançamentos a crédito (R\$ 660,00), o que confirma o método das partidas dobradas.</p>
51	C	A prescrição de uma dívida corresponde à insubsistência do passivo e, por aumentar o patrimônio líquido da entidade, constitui-se numa receita. De modo contrário, o perecimento de um direito, reduz o ativo e, considerando que o passivo se manteve, reduz também o patrimônio líquido da entidade, sendo portanto uma despesa denominada insubsistência do ativo.
52	E	O livro diário é obrigatório conforme determinação do Código Civil (Lei 10.406/2002) no seu art. 1.180 “Art. 1.180. Além dos demais livros exigidos por lei, <b>é indispensável o Diário</b> , que pode ser substituído por fichas no caso de escrituração mecanizada ou eletrônica.” O Livro Razão é obrigatório para os contribuintes do Imposto de Renda (IR) com base no Lucro Real, sendo facultativo para aqueles que contribuem para o IR com base no lucro presumido ou arbitrado.
53	C	As contas do Patrimônio Líquido têm natureza credora e, conseqüentemente, suas retificadoras têm natureza devedora. Desta forma, as contas retificadoras do Patrimônio Líquido têm seus saldo aumentados por lançamentos a débito e reduzidos a crédito.
54	C	De fato, os ajustes de exercícios anteriores, como por exemplo a correção de erros são lançados diretamente no patrimônio líquido, pois não se deve alterar o resultado do exercício atual com a retificação de operações de exercícios anteriores, o que prejudicaria a uniformidade ou consistência. O resultado líquido do exercício (prejuízo ou lucro) deve ser transportado da apuração do resultado para o patrimônio líquido como conta credora, se lucro, ou devedora (retificadora do patrimônio líquido), se prejuízo (Prejuízos Acumulados). Por fim, de acordo com o artigo 442 do RIR/99, no caso da venda das ações em tesouraria com lucro, será este contabilizado diretamente a crédito da conta de reserva de capital (reserva de ágio na alienação de ações próprias). Se houver prejuízo, o resultado deve ser debitado à conta que financiou as ações em tesouraria.  Portanto, os ajustes de exercícios anteriores, o resultado do líquido do exercício e o resultado na venda de ações em tesouraria são eventos que afetam o patrimônio líquido.
55	C	As atividades de financiamento consistem, principalmente, em aumentos e diminuições do capital social ou em aumento e diminuições do passivo exigível não classificados como fluxos operacionais. As três operações citadas na questão se enquadram no critério supracitado, pois a colocação de debêntures aumenta o passivo e não se trata de uma atividade operacional. A distribuição de juros sobre capital próprio representa custos da obtenção de recursos financeiros (NBCT 3.8, item 35) e a integralização de capital aumenta o capital social.
56	E	O item está incorreto, pois a mina deve ser classificada no Ativo Não Circulante Intangível, e não Imobilizado, conforme a questão afirma, pois a Lei 6.404/76 prevê que se devem classificar no imobilizado os bens corpóreos, e o direito de exploração de uma mina se trata de um bem incorpóreo, ou seja, intangível.
57	E	O enunciado da questão traz um exemplo improvável, ou faltam maiores informações para sua resolução, pois o Imposto de Renda devido num exercício não pode ser superior à sua base de cálculo, como sugere o item. Ainda que esta situação fosse possível, as reservas de lucros não poderiam ser destinadas ao pagamento de imposto de renda, posto que isto representaria nova tributação sobre lucros que já foram tributados antes de serem destinados às respectivas reservas de lucros.
58	E	A estrutura da Demonstração do resultado do Exercício até a determinação do Lucro Operacional Bruto, ou

ITEM	GABARITO	COMENTÁRIO DPF / NÍVEL SUPERIOR AGENTE DE POLÍCIA
		<p>simplesmente Lucro Bruto é a seguinte:</p> <p>Receita Bruta de Prestação de Serviços.....480.000</p> <p>(-) Deduções da receita bruta.....(71.000)</p> <p>    Descontos promocionais.....20.000</p> <p>    ISS (tributos sobre vendas).....23.000</p> <p>    Contribuições incidentes sobre as receitas (PIS/COFINS)...28.000</p> <p>(=) Receita Líquida.....409.000</p> <p>(-) Custo dos serviços prestados.....(170.000)</p> <p>(=) Lucro Bruto.....239.000</p> <p>Portanto, o lucro bruto da empresa foi de R\$ 239.000,00</p>
59	E	O item está errado, pois as falhas de mercado, como por exemplo o monopólio, podem reduzir a produção e aumentar os preços.
60	C	A menos que a demanda seja infinitamente elástica em relação ao preço, o deslocamento da curva de oferta para a esquerda, em razão das barreiras de importação impostas, levará a um aumento de preços do produto no mercado interno.
61	C	De fato, o crédito subsidiado tem maior influência sobre a oferta de produtos agrícolas que seus preços, pois a capacidade de reação dos produtores em relação aos preços não é imediata, em razão de a volatilidade do mercado de produtos agrícolas não poder ser acompanhada de forma ágil por alterações na capacidade e no planejamento produtivo do setor.
62	C	De fato, a concorrência perfeita representa a alocação mais eficiente recursos, pois a atomização do mercado faz os preços tenderem ao custo marginal de produção, o que leva os concorrentes a buscarem ganhos de eficiência para se destacarem no mercado.
63	E	A curva de restrição orçamentária tem inclinação inicial de 1/3, que é relação entre os preços unitários de y e x. Quando o preço unitário de y se altera de R\$ 3,00 para R\$ 4,00, a inclinação se <b>reduz</b> para 1/4.
64	E	O exemplo citado na questão refere-se à política de equalização de preços.
65	C	De fato, os monopólios naturais, como as distribuidoras de energia elétrica devem ser regulados para que se evitem abusos, embora tais monopólios sejam necessários pela maior eficiência alcançada pelas economias de escala.
66	C	De fato, elevadas taxas de juros somente são aceitas pelos tomadores em situação difícil, ou seja, aqueles mais propensos a se tornarem inadimplentes, resultando portanto numa seleção adversa. O cadastro positivo pode ser uma opção para amenizar o problema na medida em que reduziria o risco de seleção adversa por parte dos financiadores
67	E	Os reajustes são mais transparentes, pois resultam da aplicação de um determinado índice de preços sobre o valor da tarifa para manter seu valor frente aos efeitos da inflação. As revisões se tratam de reavaliação dos custos incorridos pelos produtores ou prestadores de serviços e demandam análise mais detalhada, segundo fórmulas que variam caso a caso, sendo menos acessíveis e, portanto, menos suscetíveis ao controle social.
68	E	Encontraremos que a probabilidade para habitantes de El Salvador ou da Guatemala será 95 em cada grupo de 100.000. Com a probabilidade de cidadão da Europa é 30 vezes menor. Teremos 3,166... em cada grupo de

ITEM	GABARITO	COMENTÁRIO DPF / NÍVEL SUPERIOR AGENTE DE POLÍCIA
		100.000, logo o valor é superior ao mencionado na questão.
69	E	A questão se refere a uma combinação de 11 tomado 6 a 6 (C11,6 a 6). Resolvendo encontraremos o valor encontrado será 462
70	E	A negação de “Todos os policiais são honestos” pode ser “ Alguns policiais não são honestos”.
71	C	Partindo da proposição “Carlos não fracassou na prova de Física” como verdadeira chegaremos a conclusão que a dedução está correta.
72	E	Conforme o proposto pelo enunciado verificaremos que a proposição “Jane é policial federal ou procuradora de justiça” pode ter valor lógico verdadeiro ou falso.
73	E	As equivalência de “Se A então B” podem ser : “ <b>Se não B então não A</b> ” e também “ <b>não A ou B</b> ”. Fazendo a tabela-verdade das proposições propostas verificaremos que não são equivalentes.
74	C	Caso a declaração de Carlos seja verdadeira; a declaração de José também será verdadeira e perceberemos uma contradição. Logo a declaração de Carlos deverá ser falsa o que torna a declaração de José também falsa. Logo os dois mentiram.
75	E	A questão se refere a uma combinação de 11 tomado 5 a 5 (C11,5 a 5). Resolvendo encontraremos o valor encontrado será 462
76	E	A probabilidade de somente vermelho e somente azul será: $40/110 + 30/110 = 70/110 = 63,63\%$
77	C	O crime preterdoloso, ou preterintencional, ou ainda preterdolo, é uma espécie de crime qualificado pelo resultado. O crime preterdoloso é aquele crime em que o agente atua com dolo na conduta inicial, porém o resultado que vai além do que intentava o agente, é por culpa, ou seja, dolo no antecedente e culpa no consciente, dolo na conduta inicial e culpa no resultado final.
78	C	No crime de estelionato (resulta do latim stello que significa camaleão) a vítima é mantida em erro, engodo, fraude, ela é levada a acreditar que o agente está agindo de boa-fé. Já no crime de extorsão o agente necessita da vítima para conseguir a vantagem indevida, empregando a violência ou grave ameaça.
79	C	Os tipos omissivos impróprios são aqueles previstos no art. 13 § 2º alíneas “a”, “b”, “c”. É a chamada omissão penalmente relevante. Conhecidos por crimes comissivos por omissão, pois as pessoas que estão descritas nas alíneas responderão pelo crime como se estiverem o praticado, por isso comissivo por omissão (crime praticado por ação), ou seja, tais pessoas responderão pelo resultado que estiver ocorrido em razão da omissão. Ex.: Se uma mãe falta com a atenção e deixa seu filho brincando e este pula da janela e morre, sua mãe deverá responder pelo resultado que decorrer de sua omissão, sendo assim, homicídio culposo.
80	E	Para que se configura a legítima defesa basta que a agressão seja injusta, não necessariamente ilícita, conforme o art. 25 do Código Penal; Art. 25 - Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele <b>injusta</b> agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem. <a href="#">(Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)</a>
81	E	São elementos do Fato Típico: Conduta, resultado, nexos causal (ou nexos e causalidade) e tipicidade. A culpabilidade não é elemento do crime e sim pressuposto de aplicação de pena. Ausente algum elemento do fato típico esta conduta deverá ser considerada atípica, seja por uma atipicidade absoluta; retirada uma característica importante do crime, da conduta, do tipo penal e o mesmo deixa de ser crime ou uma atipicidade relativa; retirada uma característica importante do tipo, da conduta o fato não deixa de ser crime, mas passa a ser outro crime.
82	C	Em algumas raras exceções como o art. 173 § 5º e art. 225 § 3º, os quais preveem, respectivamente, os crimes contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular, respectivamente, pode-se punir as Pessoas Físicas, o qual é a regra, e as Pessoas Jurídicas, o qual é a exceção.

ITEM	GABARITO	COMENTÁRIO DPF / NÍVEL SUPERIOR AGENTE DE POLÍCIA
83	E	Para se configurar o crime de corrupção passiva previsto no art. 317 do Código Penal, o qual tem como tipo: Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.
84	C	É crime de mera conduta, em que não existe resultado previsto na lei, sendo assim, só de o agente pratica a conduta prevista na lei o crime estará consumado.
85	E	Errado por dois motivos. Primeiro que o entendimento é que o aumento de pena referente ao repouso noturno somente se aplica ao furto simples e não ao qualificado. Na esteira do raciocínio, também se aplica o furto durante o repouso noturno à casa não habitada.
86	E	O Código de Processo Penal preceitua, no seu art.10, § 2º, que <u>no relatório poderá a autoridade indicar testemunhas que não tiverem sido inquiridas</u> , mencionando o lugar onde possam ser encontradas.
87	C	O art. 14 do Código de Processo Penal, expressamente, afirma que o ofendido, ou seu representante legal, e o indiciado poderão requerer qualquer diligência, que será realizada, ou não, a juízo da autoridade
88	C	O examinador nesta questão cobrou o conhecimento da Súmula 147 do STF, que menciona: <u>“Não há crime, quando a preparação do flagrante pela polícia torna impossível a sua consumação”</u> .
89	E	O Decreto-Lei, n. 3.689/41, ou seja, o Código de Processo Penal preceitua, no seu art. 229, que <u>a acareação será admitida</u> entre acusados, entre acusado e testemunha, entre testemunhas, <u>entre acusado ou testemunha e a pessoa ofendida</u> , e entre as pessoas ofendidas, sempre que divergirem, em suas declarações, sobre fatos ou circunstâncias relevantes.
90	E	Podemos conceituar o inquérito policial como sendo todo o procedimento policial destinado a reunir elementos necessários à apuração da prática de uma infração penal e de sua autoria. Logo <u>trata de procedimento administrativo de caráter persecutório e não judicial</u> .
91	E	A questão trata do art. 18 do Código de Processo Penal, que afirma que depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, <u>a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas</u> , se de outras provas tiver notícia. Não há menção no referido artigo sobre a exigência expressa da autorização da autoridade judicial.
92	C	Recentemente, a Lei n. 11.900 acrescenta no Código de Processo Penal que excepcionalmente, o juiz, por decisão fundamentada, de ofício ou a requerimento das partes, poderá realizar o interrogatório do réu preso por sistema de videoconferência.
93	E	A questão merece comentários sobre cada uma das prisões: A prisão preventiva pode ser decretada na fase do inquérito policial ou da instrução criminal, poderá ser decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público, ou do querelante, ou mediante representação da autoridade policial. A prisão temporária tem legislação própria, que é a Lei n. 7.960/89. Ela não pode ser decretada de ofício e só cabe na fase do inquérito policial.
94	C	O flagrante forjado não tem previsão legal é também conhecido como “fabricado” ou “maquinado”. Neste caso são criadas provas inexistentes. O agente policial que praticar este tipo de conduta responderá por crime de abuso de autoridade
95	C	Previsto no artigo 32, parágrafo 2º, da Lei 9.605/98, a prática do abuso, maus-tratos ou mutilação de “animais domésticos” é considerada crime contra o meio ambiente.

ITEM	GABARITO	COMENTÁRIO DPF / NÍVEL SUPERIOR AGENTE DE POLÍCIA
96	E	O artigo 1º, inciso I, alínea c, da Lei 9.455/97, reconhece que “constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça....” em razão de discriminação racial ou religiosa é considerado “tortura”.
97	E	O artigo 108, da Lei 8.069/90 – ECA – prevê que a internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.
98	C	Mencionado no artigo 14, parágrafo único, da Lei 10.826/2006. Considera-se inafiançável o “porte” ilegal de arma de fogo de uso permitido, salvo quando a arma de fogo estiver registrada em nome do agente. <b>OBSERVAÇÃO:</b> contra este item cabe “recurso”, pois o STF considerou “inconstitucional” o disposto no trecho citado acima, sob a alegação de ser desproporcional, ferindo o princípio da razoabilidade. Com isso, o porte ilegal de arma de fogo seria equiparado a delitos mais graves previstos na Constituição (infrações penais inafiançáveis). Ex.: Tráfico ilícito de entorpecentes e Terrorismo. <b>ADI nº 3.112-DF, de 02/05/2007 – STF.</b>
99	E	Não existe menção, no artigo 33 da Lei 11.343/2006, de que há isenção de pena ao traficante de substância entorpecente o qual é dependente ou está sob efeito da droga (caso fortuito ou força maior).
100	E	O artigo 37 da Lei 11.343/2006 tipifica a conduta do “informante” que colabora com grupo ou associação destinada ao tráfico ilícito de entorpecentes.
101	E	Os fatores de Herzberg são os higiênicos e os motivacionais. Os higiênicos tratam da relação de satisfação enquanto os motivacionais sobre a relação de motivação dos colaboradores. As condições do ambiente de trabalho, segundo o próprio, são questões chamadas de higiênicas, pois estariam ligadas ao bem-estar e consequentemente ocasionando a relação de satisfação ou insatisfação. A satisfação não é pressuposto de motivação, segundo o estudioso.
102	C	A teoria da equidade se manifesta e se baseia no critério que as pessoas têm sobre a recompensa que recebem em comparação com as recompensas que as outras pessoas recebem pelo mesmo serviço ou pelos mesmos resultados. Nesse sentido, Stacy Adams diz: “Na teoria da equidade, a motivação, o desempenho e a satisfação de um funcionário depende da avaliação subjetiva que ele faz das relações entre sua própria razão de esforço – recompensa e a razão de esforço – e a recompensa dos outros em situações parecidas”. As comparações podem ser sobre aspectos diversos como o salário ou outros. Segundo esta teoria, quando uma pessoa entende que se cometeu uma injustiça com ela, aumenta a tensão e a maneira de resolver a situação é mudar de comportamento. Se o ser humano adotar este comportamento, realmente qualquer injustiça percebida em relação às recompensas poderá motivar estas pessoas a restaurarem o senso de equidade, não necessariamente com um comportamento positivo.
103	C	Decreto 93.872/86 art.45 III §3º a: a) não ser responsável por dois suprimentos de fundos em fase de aplicação e/ou de prestação de contas;
104	E	Fere o princípio da unidade ou da unidade de caixa.
105	E	A vigência será de um ano conforme o princípio da anualidade.
106	E	Não houve restrição do controle do ordenador de despesas e nem perda da individualização dos recursos de cada unidade gestora.
107	C	As transferências de recursos em tela serão receitas de capital.

ITEM	GABARITO	COMENTÁRIO DPF / NÍVEL SUPERIOR AGENTE DE POLÍCIA
108	E	O conceito em questão é o de recolhimento.
109	E	A União não configura-se no pólo passivo de dívida ativa.
110	E	O s restos podem ser cancelados conforme a LRF.
111	E	Segundo ensina Maria Sylvia Zanella Di Pietro, o <b>Poder Disciplinar “não abrange as sanções impostas a particulares não sujeitos à disciplina interna da Administração, porque, nesse caso, as medidas punitivas encontram seu fundamento no poder de polícia do Estado.”</b>
112	E	Segundo esse princípio, presume-se, até prova em contrário, que os atos da Administração sejam verdadeiros e praticados com observância das normas legais. Portanto, <b>não se trata de presunção absoluta, mas sim presunção relativa (juris tantum), que como tal, admite prova em contrário.</b>
113	E	Segundo estabelece o art. 5º do Decreto-lei nº 200/67, a empresa pública pode ser estruturada sob qualquer das formas societárias admitidas em direito. No entanto, <b>a sociedade de economia mista deve ser estrutura somente sob a forma de sociedade de economia mista.</b>
114	C	A Lei n. 8.112/90, no seu art. 48, expressamente afirma que o vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, sequestro ou penhora, <u>exceto nos casos de prestação de alimentos resultante de decisão judicial.</u>
115	E	Com efeito, frustrar a licitude de processo licitatório ou dispensá-lo indevidamente constitui ato de improbidade administrativa. No entanto, segundo determina o art. 12 da Lei nº 8.429/92 (lei de improbidade administrativa), as sanções prevista na referida norma independem da responsabilização penal, civil e administrativa. Portanto, <b>os atos de improbidade não estão sujeitos unicamente às sanções previstas na lei de improbidade</b> , conforme constante da questão.
116	C	<b><u>Nos termos da Constituição da República:</u></b> Art. 20. São bens da União: XI - as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.
117	E	<b><u>Nos termos da Constituição da República:</u></b> Art.5º, LXXII - conceder-se-á " <i>habeas-data</i> ": a) para assegurar o conhecimento de <b><u>informações relativas à pessoa do impetrante</u></b> , constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
118	E	<b><u>Nos termos da Constituição da República:</u></b> § 3º - São privativos de brasileiro nato os cargos: I - de Presidente e Vice-Presidente da República; II - de Presidente da Câmara dos Deputados; III - de Presidente do Senado Federal; IV - de Ministro do Supremo Tribunal Federal; V - da carreira diplomática; <b><u>VI - de oficial das Forças Armadas.</u></b> <b><u>VII - de Ministro de Estado da Defesa</u></b>
119	C	<b><u>Nos termos da Constituição da República:</u></b>

ITEM	GABARITO	COMENTÁRIO DPF / NÍVEL SUPERIOR AGENTE DE POLÍCIA
		<p>Art. 136, § 1º - O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, dentre as seguintes:</p> <p>I - restrições aos direitos de:</p> <p>a) reunião, ainda que exercida no seio das associações;</p>
120	E	<p><b><u>Nos termos da Constituição da República:</u></b></p> <p>§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:</p> <p>II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência.</p> <p><b>Ou seja, a competência não é exclusiva da Polícia Federal.</b></p>